



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 26 de maio de 2025 - Ata n.º 43.

Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Alexandre Curi**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Gugu Bueno** (1.^º Secretário) e **Tercilio Turini** (na função de 2.^º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **43.^a Sessão Ordinária da 3.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a Sessão Ordinária desta segunda-feira, destinada à prestação de contas do primeiro quadrimestre de 2025, do Poder Executivo, com a presença do Secretário da Fazenda, Norberto Ortigara. **Em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, declaramos aberta a Audiência Pública.** O Secretário terá 30 minutos para a apresentação e mais 15 minutos de prorrogação. Solicito aos Deputados que queiram realizar perguntas, que façam a inscrição junto à Mesa. Após a apresentação, o Deputado terá cinco minutos para formular a pergunta e o Secretário terá cinco minutos para responder; a réplica será de três minutos. Com a palavra o Secretário da Fazenda, Norberto Ortigara.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Senhor Presidente Alexandre Curi, Deputado Gugu Bueno, Deputado Tercilio Turini, Líder do Governo Hussein Bakri, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Quero saudar o meu time que me acompanha:



o Luiz Budal, Diretor-Geral; a Suzane, Diretora da Receita; a Gisele, Diretora da Contabilidade nota A no Brasil; o Tadeu Cavalcante, nosso Diretor de Orçamento; e o João, que é o Diretor Substituto do Tesouro. Iniciando o nosso compromisso aqui, quero dar um panorama muito breve sobre a conjuntura econômica, o ambiente em que vivemos. Dados da atividade econômica consolidados, até a posição de fevereiro, um crescimento do Paraná, da atividade, de 6% contra 3,8% do Brasil. Quando se traz para dados mais recentes, temos uma indicação pelo Banco Central, no mês, de um crescimento quando se compara mês a mês, de 8,1%, mostrando ainda um dinamismo um pouco melhor do que o Brasil. Isso tem a ver com recuperação de produção agrícola: todos lembram, o ano passado foi um ano ruim, perdemos muita safra; este ano está prometendo safra cheia, acima de 45 milhões de toneladas de grãos. Setor de proteína animal, em que pese a *influenza*, a gripe aviária H5N1, é um setor que cresce: a suinocultura crescendo, o peixe crescendo, enfim, mostrando que, no setor agrícola e agroindustrial, temos um dinamismo. O setor também da indústria com atividade econômica um pouco para cima, automóveis especialmente, petróleo, enfim, comércio também com uma boa pegada, serviços nem tanto. Já passamos pela safra. Nunca teve, até o último dia 15, um ambiente tão propício à produção de proteína animal frango. Nunca o setor produziu tanto resultado positivo como foram esses quatro primeiros meses do ano de 2025. No setor de suinocultura, aumento de exportações, começando a colher frutos daquilo que trabalhamos – os paranaenses –, por décadas, para superar defeitos sanitários ou imagem sanitária de defeito de doença não existente, como era a aftosa; e agora enfrentando com técnica e altivez esse problema gerado por um foco de gripe aviária lá em Montenegro, que também bateu no Paraná por um vínculo epidemiológico, mas não temos focos aqui. Taxa de desocupação, em que pese um pequeno repique agora no mês de março, estamos em 4%. É um nível historicamente baixo e – naquilo que na economia podemos chamar quase que de um pleno emprego – para encontrar trabalhadores, isso mostra um pouco da nossa carteira de oferta de vagas, que está difícil de contratar gente no interior, e o Paraná hoje é o quarto



estado com menor taxa de desocupação do Brasil. Um estado mais densamente, com a economia mais forte, é Santa Catarina, mas os demais são Estados um pouco menos povoados, como Rondônia e Mato Grosso, estados economicamente falando mais recentes. Inflação: ainda preocupante, estamos a um nível de 5,5%, 5,53%, acima da meta no Brasil. Não está fácil enquadrar e por isso a Selic bateu 14,75% no último mês, puxado muito por inflação de alimentos. Tanto no Paraná quanto no Brasil o IPCA – Alimentos Brasil está rodando em um nível de 7,8% – sete alto – e também aqui no Paraná rodando a um nível de 10% alto, segundo cálculo do Ipardes, mas as medidas estão sendo tomadas. Quero alertar também que o IGP-M está rodando em 8,5% ao ano. O IGP-M é o índice composto que reflete atacado, que reflete câmbio, e isso vai chegar ao varejo em algum momento. Então, tem toda discussão no Brasil como é que enquadra isso para trazer para uma taxa para o centro da meta possivelmente, mas, com certeza, este ano vamos perder esse jogo para o que está definido como meta pelo Conselho Monetário Nacional. Então, um breve panorama. Temos sentido, nas últimas quinzenas, um certo arrefecimento, em que pese o quadro do Banco Central mostrando atividade econômica em alta, não está refletindo fortemente na arrecadação em muitos setores da economia, o que nos acende sinal de alerta lá na gestão fazendária do Paraná, para que mantenhamos sempre cautela com os recursos. Agora, entrando propriamente nos resultados fiscais do Paraná, no primeiro quadrimestre de 2025, tivemos um crescimento das receitas totais a um nível de 8,7%, quando se compara com o primeiro quadrimestre de 2024; um crescimento real, portanto, de 3%. Um crescimento das receitas tributárias um pouco maior, de 9,2, também um crescimento real de 3,4. Arrecadamos R\$ 26 bilhões 686 milhões nos primeiros quatro meses deste ano. O setor de ICMS ainda cresceu: 9,9%, 4,2%. Tivemos também um crescimento consistente nas transferências correntes, União e Estados, um crescimento do Fundeb, do FPE, e outras transferências importantes. Ou seja, o primeiro quadrimestre ainda estava bem comportado. Não é o que está acontecendo, por exemplo – sendo bem



franco –, com o mês de maio de 2025 aqui no Estado do Paraná. Fala um minutinho, Luiz, sobre essa... Pode falar.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Bom, boa tarde a todos. Boa tarde aos Deputados e Deputadas, aos presentes aqui, à equipe da Fazenda. Vou falar um pouquinho agora sobre o crescimento do ICMS do primeiro quadrimestre de 2025, um crescimento concentrado principalmente no setor de combustíveis, em decorrência do aumento da *ad rem*, que é o imposto cobrado por litro de combustível. Então, tivemos um crescimento agora, a partir de fevereiro, a gasolina saiu de 1,37 para 1,47, e o diesel saiu de 1,06 para 1,12. Nos outros setores, um crescimento mais moderado, mais tímido: o setor de bebidas, R\$ 84 milhões; serviços, R\$ 59 milhões. Tivemos uma queda no setor de fumo, em decorrência do aumento da tributação federal sobre o produto e notamos, também, que, dos 21 setores com maior arrecadação, tivemos uma retração no ICMS arrecadado.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: No que toca às despesas empenhadas, tivemos também um crescimento real. Fizemos despesas totais de R\$ 29 bilhões 329 milhões no primeiro quadrimestre, acrescentamos R\$ 2 bilhões 112 milhões, um crescimento nominal de 7,8%, portanto, o crescimento real em torno de 2,1%; pessoal, o crescimento de 6% quando se compara quadrimestre a quadrimestre, e um crescimento real de 0,5%. Aqui a explicação é muito simples, é a maturação de muitas das revisões de planos de carreira e cargos e salários que foram feitos em 2023 e 2024, alcançando aqui na plenitude... Tivemos nominal uma redução do investimento, mas aqui é matematicamente bem explicável. Os Sr.^s Deputados e as Sr.^{as} Deputadas sabem que, em ano de processo eleitoral municipal, normalmente, para proteger todos os interesses envolvidos, houve uma certa aceleração dos empenhos até o primeiro quadrimestre de 2024 e este ano é um ano normal. E aqui asseguro que estamos, sim, empenhando aquilo que executamos e não empenhando contratos o ano inteiro, que demonstra apenas uma posição gráfica que pode parecer falsa. Estamos levando na *ponta da unha*



os recursos liberados para cada unidade orçamentária, “exigindo” que haja, de fato, o comprometimento do recurso. O Secretário da Fazenda deveria falar o contrário, vamos segurar. Estamos, de fato, quando liberamos recurso, queremos que a ação, a obra, enfim, o serviço, de fato, aconteça na ponta. Mas, no que toca investimento, nunca liquidamos tanto quanto no primeiro quadrimestre quanto 2025, R\$ 655 milhões foram alocados e foram liquidados e pagos para as diversas ações. Tem uma despesa aqui, que é da dívida, juros encargos da dívida decresceu, você pode explicar.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Aí a queda foi só um ajuste do fluxo de pagamento da dívida. Então, em 2024 teve um empenho maior no primeiro quadrimestre. Em 2025, ajustamos, então, de certa forma, como são valores empenhados, temos uma queda no pagamento da dívida pública do Estado.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: É matemático só, Sr.^s e Sr.^{as} Deputadas. Empenhamos R\$ 1 bilhão 454 milhões no ano passado, provável empenhamos até quase no fim do ano – e este ano o Tadeu deixou empenhar só um pedaço da dívida. Estamos levando na mão, de fato, de acordo com as receitas. Não há nenhum prejuízo. A dívida está em dia. A dívida está decrescendo, vamos mostrar mais a frente. Enfim, temos aqui um compromisso de não atrasar um único pagamento. Então, temos um quadro de despesa que também cresceu real, mas cresceu no ritmo menor que a receita cresceu nesse primeiro quadrimestre.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Aqui temos, Sr.^s Deputados, o Decreto n.^o 5919/2024, que foi um decreto construído no exercício de 2024 e que gerou um efeito positivo nas despesas correntes do Estado do Paraná, mais especificamente nas outras despesas correntes, que é basicamente tudo o que o Estado paga todo mês, menos a folha de pagamento, menos os encargos da dívida. Então, de fato, o que esse Decreto já gerou de economia é quase um R\$ 1 bilhão 908 milhões. Um decreto que vinculou o crescimento das despesas correntes a 80% do crescimento



da arrecadação, ou seja, ele cria um teto onde as outras despesas correntes crescem sempre menos do que cresce a arrecadação do Estado.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: E aqui vai uma informação e uma consideração: estamos dotando todos os órgãos de recursos suficientes para cumprir a sua finalidade. Temos uma preocupação, mesmo com o Decreto n.º 5919, com o crescimento do nível de despesa de custeio. Ela pode comprometer o nível de poupança do Estado do Paraná. Nenhum problema, muito pelo contrário, com a questão do investimento. Se tivesse capacidade de execução de dois, três, quatro, cinco bilhões a mais, proveríamos os órgãos para fazerem investimento. Não temos, lamentavelmente, essa capacidade de projetos prontos, projeto aprovado, capacidade de execução de projetos. Então, investimentos estamos soltando, havendo essa condição de fazer. O que estamos restringindo? Aí informo os senhores, vamos restringir mais ainda custeio. Podem, nas próximas semanas... Custeio terá restrição de gastos. Por quê? Porque afeta o nosso pilar poupança corrente do Estado do Paraná, o que afeta a imagem perante todos os organismos de controle externo, todos os organismos que fazem avaliação de risco de estado e, pela minha mão, isso não vai acontecer. Obviamente isso é combinado com quem foi eleito lá no Palácio. Vamos trazer, de alguma forma, com respeito, carinho, olhando com lupa, sem comprometer qualquer serviço, vamos ter que atacar um pouco a despesa... É que nem cortar cabelo e unha, uma caricatura, mas é isso mesmo. Cuidar todo dia, senão ela acaba comprometendo o recurso dos tributos que todos pagamos e sem fazer o efeito desejado no tombo da capacidade competitiva da nossa economia.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Deputados, aqui temos os investimentos empenhados – a execução –, R\$ 1,6 bilhão no primeiro quadrimestre de 2025, um valor um pouco menor do que do ano passado. Registro ainda que batemos recorde do ano passado de janeiro a março. O problema, de fato, foi que em 2024 tivemos muita coisa empenhada, principalmente em transferência para municípios no mês de



abril. Então, de fato, no quadrimestre ficamos um pouco abaixo, destaco no setor de transporte rodoviário R\$ 514 milhões; infraestrutura urbana, R\$ 400 milhões; educação básica, R\$ 93 milhões; e policiamento, R\$ 73 milhões. Aqui trouxemos os investimentos liquidados – quando, de fato, eles são entregues à sociedade paranaense –, então, o Estado, de janeiro a abril, bateu recorde. Registro ainda que também batemos recorde de restos a pagar pagos de investimentos, saímos de R\$ 350 milhões em 2024 para mais de R\$ 700 milhões em 2025. Então, de fato, o desembolso financeiro do Estado do Paraná, no primeiro quadrimestre, para os investimentos foi recorde. Aqui o resultado orçamentário, um resultado negativo de R\$ 2,6 bilhões, basicamente é o mesmo resultado do exercício anterior no primeiro quadrimestre. Isso, de fato, acontece porque temos muita despesa sendo empenhada já no primeiro quadrimestre, despesa que vai sendo liquidada ao longo do exercício, então, é natural que tenhamos um déficit, um resultado orçamentário negativo no primeiro quadrimestre. Restos a pagar também, inscrição na casa de R\$ 7,3 bilhões, valor próximo do exercício anterior; já foram pagos R\$ 3,2 bilhões, aqui o destaque também o que foi pago nos investimentos. Então, de fato, o Estado tem aportado mais recursos financeiros em investimentos e pagou também em estoque maior em 2025. Isso é importante também que o Estado vá liquidando esses restos a pagar e diminuindo esse estoque, porque o estoque é muito grande.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Uma das notas ruins do Paraná quando fazem avaliação externa, tipo CLP e outros, é execução orçamentária. Estavamo lá na rabeira, na penúltima posição. Significa dizer que o Estado arrecada, libera o recurso, o recurso não é empenhado, se é empenhado não é liquidado e a coisa não acontece. Então, nos impusemos melhorar essa nota. Por isso que liberamos exatamente aquilo que o órgão tem capacidade de executar. Não falta nem orçamento, nem dinheiro. Mas estamos levando assim a ferro e fogo isso perante os órgãos. É uma ação proativa da SEFA no sentido de melhorar. Já avançamos umas cinco, seis casas e queremos chegar ao final deste ano, pelo menos, na



primeira metade dos estados que, de fato, tem uma execução orçamentária bem adequada, capacidade de fazer e fazendo. Estamos evoluindo. Repito aqui, ninguém fica sem orçamento e sem dinheiro. Só que estamos dosando exatamente, temos até a famosa cartinha do Tadeu, não é, Luiz? É uma cartinha: *faça que garanto*. Não vou te liberar agora, você tem orçamento na mão, porque não está gastando? Na verdade, é uma indução à boa execução do orçamento.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: O Tadeu veio do Rio, ele achou que iria receber várias cartinhas. Ele está o contrário, ele está fornecendo várias cartinhas para o Estado do Paraná. Resultado primário do Estado: um resultado, em 2024, primeiro quadrimestre R\$ 5,2 bilhões; resultado de 2025, um pouco menor R\$ 4,6 bilhões. Dá uma diferença de R\$ 654 milhões. O resultado previdenciário também um crescimento em relação ao exercício anterior, na casa de R\$ 2,5 bilhões, o que, provavelmente, no final do exercício, vai gerar em torno de R\$ 800, R\$ 900 milhões a mais de insuficiência financeira nos fundos do Estado do Paraná.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Previdência, que sempre é um problema, mas que vai bem, graças a Deus. Os dois fundos de repartição simples têm a necessidade de aporte do Estado pela insuficiência, são fundos de repartição simples. O fundo capitalizado já pagou, desde 2019, R\$ 13 bilhões aproximadamente e, no dia de São Norberto, dia 6 de junho, vai bater R\$ 12 bilhões, o Fundo Previdenciário do Paraná. Só neste ano já rendeu mais de R\$ 430 milhões nas aplicações; é o maior, o melhor Fundo Previdenciário do Brasil e que, pouco a pouco, substitui o Estado na obrigação de honrar, de forma crescente, pensões e aposentadorias daqueles que trabalharam no Estado.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: A RPPS do Paraná é um verdadeiro patrimônio dos servidores do Estado que, de fato, garante a aposentadoria. Todo mundo que hoje está pode ter certeza de que vai receber, até pelo fato de ele estar sendo capitalizado, esse valor vai aumentando ano após ano. Saldo da dívida do Estado,



também uma redução em relação ao final de 2024, saímos de R\$ 29 bilhões para R\$ 28 bilhões. Destaque positivo: a variação de precatórios do Estado – acelerou o pagamento dos precatórios, o que gerou um desencaixe na casa de R\$ 500 milhões. Além disso, as dívidas externas também, uma variação negativa de R\$ 500 milhões, muito em decorrência do câmbio que, como ela é precificada em dólar, também teve uma redução de R\$ 500 milhões.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Capag A, obtida pela primeira vez na história ao final de 2024, e pela nossa mão será mantida, aqui estão os três pilares: o primeiro indicador é o endividamento e estamos muito bem posicionados, dívida negativa; o terceiro, que tem a ver com caixa menos obrigações *versus* receita corrente, estamos muito bem, obrigado. E o pilar do meio, que chama Poupança Corrente, que está ali no limite do limite. Por isso que vamos continuar agindo, em que pese o Decreto 5919, também agindo fortemente para não deixar esses 90,66% subir para 95%, porque, se isso acontecer, nos derruba diretamente para Capag C. Mas, pelas mãos do Roberto e do Luiz não vai acontecer isso, está bom? Estamos bem posicionados, este ano fechamos o ano possivelmente com Capag A, continua mantendo essa posição.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Só um detalhe, Secretário: esse indicador da poupança corrente no exercício anterior, no resultado já publicado – essa aqui é uma projeção para 2025, que leva em consideração 2024 como base. Em 2024, a nota que saiu ano passado em relação a 2023, o indicador da poupança corrente era 87%, ou seja: aqui teve uma piora considerável nesse indicador e por isso que o Estado e nós da Fazenda – e contamos com as Secretarias – precisamos tomar muito cuidado. Precisamos ter um controle bastante rígido da despesa corrente.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Essa telinha mostra uma coisa que já expliquei para os senhores e senhoras aqui: me pouparam de assinar coisas lá, alocação eficiente. Reduzimos, em média, de 191 atos orçamentários por mês para 80 e queremos baixar mais ainda. Ou seja: é exatamente a discussão com



cada órgão para liberar aquilo que tem capacidade de executar e torcendo para que, de fato, os órgãos executem. Essa aqui é uma tabelinha que mostra a posição de caixa em 30 de abril em todos os Poderes: Executivo, Judiciário, Legislativo e Ministério Público. Está aí uma posição informativa. Acho que é a primeira vez na história que os senhores e as senhoras recebem essa informação sobre a condição de caixa de todos os Poderes...

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Só um detalhe aqui, Secretário, desculpa interromper. Notamos que, no Poder Executivo, por mais que tenhamos bastantes recursos, R\$ 21 bilhões, mais da metade são recursos vinculados. Então, de fato, aqui estão os recursos da Copel, recursos da Educação, recursos da Saúde, recursos do Fema. Então, está tudo aqui. De fato, se colocarmos o valor de caixa ordinário que é desvinculado, é só R\$ 9,8 bilhões.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Aqui o enquadramento dos limites legais: a nossa dívida consolidada líquida pode chegar a 200% da RCL, estamos com -11%, dívida negativa; operações de crédito podem chegar a 16% da receita corrente, estamos em 0,12%; e garantias concedidas, que podem chegar a 22% da receita corrente líquida, estamos com 1,71%. Portanto, totalmente enquadrados aí nos três quesitos dos limites da Lei Complementar nº 101.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Limite com educação: também é um limite constitucional. O Estado do Paraná aumentou o valor aportado em educação, aumento de 4,86% em relação ao exercício anterior, de janeiro a abril. Uma pequena redução no índice, saiu de 32,04% para 30,04%, mas, considerando que tem várias outras despesas da educação ainda por vir no exercício, esse número provavelmente vai aumentar. Foram aplicados R\$ 245 milhões a mais. Limite da saúde: o Estado novamente cumpre o percentual Constituição da Saúde no primeiro quadrimestre. Algo que muito nos orgulha lá na Secretaria da Fazenda, orgulha, também, o Funsaúde. É uma parceria junto com a Sesau de antecipar o fluxo deliberações pela Secretaria de Saúde. Então, de fato, já um investimento de



12,67%, um pouco menor que do exercício anterior também, mas acima do limite constitucional, no valor de R\$ 2 bilhões a mais de investimentos em saúde. Destaque positivo de assistência hospitalar e ambulatorial, R\$ 72 milhões a mais, e suporte profilático e terapêutico, também R\$ 65 milhões a mais. Aqui o índice de ciência e tecnologia, também temos buscado, lá na Secretaria da Fazenda, melhorar a execução. Saímos de uma execução que é obrigatória de 2%, saímos de 0,4% para 0,6%. Ainda uma melhora tímida, mas contamos com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, com o pessoal do Fundo Paraná para poder melhorar, já no segundo quadrimestre, o percentual apurado. Despesa com pessoal: as despesas com pessoal, aqui registramos mais uma vez, mesmo sem nenhuma concessão de data base em 2024, a despesa com pessoal teve um aumento de 9,25%. E quando notamos o crescimento da RCL, ele é menor do que cresceu a despesa com pessoal. A RCL cresceu 9,13%, e a despesa com pessoal para fins de índice, um crescimento de 9,25%. Saímos de uma despesa de R\$ 26 bilhões para R\$ 28 bilhões, R\$ 2,4 bilhões a mais. Fruto de 17 reestruturações que o Estado fez ao longo da gestão do Governador Ratinho Junior, fruto de inúmeras contratações que o Estado tem feito no Quadro Próprio do Executivo e em outras carreiras. E ainda, de fato, tem muitas contratações por virem no exercício de 2025.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Estamos abaixo do limite de alerta, mas, como disse o Dr. Luiz agora, esta Casa também apreciou a revisão do anexo da LOA. Temos em curso 2 mil e 90 pessoas para o quadro da Polícia Militar, 1 mil 459 para o quadro próprio do Poder Executivo, 1 mil e 100 pessoas para o quadro do Magistério, 620 para a Polícia Civil, 620 para os Bombeiros e Militares, 500 para a Polícia Penal, 422 para o IDR, 302 para os Peritos Oficiais. Detran, 130 pessoas; Auditores Fiscais – concurso realizado no último 18 –, 100 pessoas; Adapar, mais 96 agrônomos e técnicos agrícolas; Agepar, 23 pessoas; quadro próprio da assistência de saúde, mais 16 pessoas, perfazendo, ainda neste ano, mais R\$ 375 milhões de despesa ou, em um nível de 2026, de R\$ 753 milhões de



reais, fora a segunda que teremos que pagar lá em outubro para o avanço, a revisão da tabela, por exemplo, da Polícia Militar, que os senhores e as senhoras aprovaram no ano passado. Então, qualquer aperto no gasto aqui nos levará, com certeza, a superar o limite de alerta e logo, se afrouxarmos a mão vai para o limite prudencial, coisa que seria inimaginável, voltarmos ao período de 2014-2015.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Só para concluir, temos várias carreiras também em estudo ainda, na Fazenda, com a Secretaria de Administração. Está vindo para esta Casa, se não me engano no dia de hoje uma reestruturação da carreira do magistério, da educação. Chegou? Então, acaba de chegar a esta Casa uma reestruturação da educação básica no Estado do Paraná.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Ainda pende de decisão, na nossa mão, a revisão de duas carreiras celetistas do Paraná, ainda em extinção a longo prazo, é ruim isso, não é? Então, temos um pequeno contingente, Líder, da Mineropar, a antiga Mineropar, e temos duas carreiras da antiga Codapar, mais Emater, celetistas, que ficaram no tempo e no espaço. Estamos dedicando um esforço técnico de posicionamento político do Governo quanto à possibilidade de fazer alguma concessão. No que tange a pessoal, temos todas essas expectativas. Só esse avanço, essa revisão da tabela dos professores, totaliza R\$ 550 milhões de reais, por exemplo, que dá um reajuste médio de oito, oito e poucos por cento, variando entre onze e poucos até cinco e poucos por cento no fim da carreira. Essa nossa apresentação já foi disponibilizada, tem todos os anexos. Queria aqui agradecer sempre a colaboração da Comissão de Orçamento, que interage conosco o tempo todo também. Agradecer a oportunidade de prestarmos, aqui, minimamente, contas daquilo que enxergamos e daquilo que fizemos e fazemos todo dia, que é administrar receita e despesa ajudando de alguma forma a fazer a nossa economia ser um pouco mais dinâmica. Obrigado pela oportunidade, Dona Flávia. Fico à disposição.



SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Muito obrigada.

Seguiremos agora com os questionamentos dos Sr.^s Deputados. Primeiro orador inscrito: Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Secretário, boa tarde a V.Ex.^a e toda a equipe que acompanha o senhor. O senhor chamou a atenção para a diminuição de alterações no orçamento. Até a sexta-feira passada, a Sefaz havia alterado o orçamento de 2025, em mais de R\$ 3 bilhões, através de abertura de créditos, transposições, remanejamentos e outros itens mais. Tudo bem que a LDO autorizou mudança no orçamento na ordem de 7% da receita, que deve passar de R\$ 5 bilhões em 2025, mas já foram realizadas aqui mais da metade das mudanças, somente no primeiro quadrimestre. A questão que quero apegar, V.Ex.^a, diz respeito às exceções do art. 14, que elencam 11 situações à utilização de créditos ilimitados. A LDO de 2026 vem para esta Casa com vício e precisa ser resolvido, sem que haja a necessidade de ajuizamento por esta Oposição. Esse imenso volume de mudança, alteração orçamentária que temos acompanhado pelo atual Governo deixa claro que muitas coisas não precedem de planejamento. Obviamente, o princípio que deve reger a elaboração da LDO é o planejamento e não uma gestão *ad tempus*, de acordo com o tempo sobre essas mudanças. Quero saber quais providências a Secretaria vai tomar, por essa denúncia que estou colocando, aqui, que já vinha repetindo-a em outros montantes. Em 2024, o Estado abriu R\$ 2,3 bilhões em tetos suplementares, só para atender à despesa com pessoal. Despesa com pessoal, talvez, seja o gasto mais previsível na LOA. Acho estranho que, nos últimos anos, Sr. Secretário, houve muita suplementação de acordo com a despesa de pessoal, porque no seu orçamento inicial não estão considerados, inclusive, 13.^º e férias. Talvez – é uma suposição e não uma acusação –, a Sefaz esteja fazendo uma manobra no orçamento, para coincidir com a receita subestimada, que venho denunciando há muito tempo nesta Casa. Quero colocar, Secretário, que a exceção está se tornando regra. Para o senhor ter uma ideia, em 2024, foram abertos R\$ 4 bilhões. Estou colocando para V.Ex.^a



que, ao longo dos dois últimos anos, a exceção está se tornando regra nessa questão de abertura de créditos suplementares. Só em 2024 foram abertos R\$ 4 bilhões, com base no *caput* do artigo, que autoriza a Sefaz a modificar o orçamento. Foram abertos créditos de cerca de R\$ 20 bilhões nas exceções, ou seja, 25 de 65, se você somar os dois. Eu gostaria de saber de V.Ex.^a quais as providências que vamos tomar nesse sentido para corrigir também essas distorções. Para finalizar, tem um projeto nesta Casa, de que tomei conhecimento pela imprensa e depois fui me aprofundar, que trata de licença compensatória. Vi uma declaração do nosso Diretor-Geral, Luiz Paulo, dizendo que não vai ter impacto orçamentário. No entanto, chequei o projeto, que diz que a licença compensatória será paga com recursos do Funrefisco, confirmada pela Diretoria da Receita. Eu queria saber de V.Ex.^a se vocês pretendem fazer alguma regulamentação para pagar esse dia compensatório em recurso, porque dá contrário à declaração colocada pelo Diretor. Se é isso mesmo, até porque o projeto está na Casa agora. Eu queria explicações dele. Obrigado.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Muito obrigado, Deputado Arilson Chiorato, Líder da Oposição. De trás para frente, cheguei à Fazenda Estadual dia 8 de maio de 2024, portanto, há um ano e 18 dias. Lá tinha um projeto que vinha sendo gestado, pronto, praticamente, que era financiado pelo BID, dentro do Profisco, que era um avanço importante, que alguns Estados do Brasil importantes já fizeram essa modernização da relação do Fisco Estadual com os seus contribuintes, com os cidadãos. Aquele projeto, que estava na minha mesa, que já estava na Casa Civil, voltou para a minha mesa, porque ele incorporava tabelas salariais. Falei: “Mal cheguei, pessoal, dá um tempo. Vamos discutir melhor isso”. Desvinculamos qualquer negociação em termos de *Confia Paraná*, programa de conformidade, explicitação da nota de cada empresa contribuinte do Paraná. Era uma coisa que o BID, financiador, vinha nos cobrando, avanço, avanço. Então, desvinculamos a discussão da questão salarial da questão de conformidade das empresas de botarem no ar um programa que vai exigir, dos poucos auditores



fiscais que o Paraná tem – comparativamente, com muitos estados menores do que o nosso –, um esforço gigantesco para dar conta dessas novas tarefas. Veio para cá, está em discussão na Assembleia e propusemos, assim como foi feito e aprovado por esta Casa, a aprovação de licença compensatória, como foi feito na Procuradoria-Geral do Estado. Não está dito que vai ser pago em dinheiro, poderá sê-lo em dinheiro com recursos do Funrefisco. Poderá pelo ato que vai regulamentar essa lei, que diz *trabalha mais, pegue tarefas adicionais, dedique esforço adicional, tem limitação, “x” dias no máximo para isso, e posso te conceder descanso, posso te conceder pausa, licença, efetivamente.* Então, estamos nessa fase. Talvez o Luiz pudesse complementar.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Deputado, boa tarde. Obrigado pela pergunta e poder esclarecer a questão – até porque fui citado. Primeiro, em relação à questão do impacto: não estamos falando de um direito, estamos falando de expectativa de direito, quando se fala no *Confia*. Ato do Secretário da Fazenda, vai regulamentar a questão do pagamento em 180 dias, após a publicação da lei, ou seja, isso vai ser debatido ainda, se e como será feito o pagamento. E o fundo, você precisa passar no conselho do fundo o pagamento; caso ele exista, daí sim, de fato – caso exista –, você vai ter a despesa registrada. Além disso, temos um contingente muito pequeno hoje de auditores, perdemos em torno de 200 auditores nos últimos anos, realmente a única forma... Só para os Deputados, não sei se todo mundo aqui... Alguém tem noção de quantas empresas existem hoje cadastradas no Estado do Paraná? São 1 milhão e 600 mil empresas, mais de 1 milhão e 600 mil empresas. Então, de fato, o programa *Confia Paraná*... Acho que temos que não misturar o programa *Confia* com o pagamento da licença compensatória, são coisas totalmente distintas. A licença compensatória é algo que pode ser utilizado para colocar o programa para funcionar. Então, de fato, hoje é uma atribuição, é um programa que não existe e que vai exigir um esforço tremendo para colocar ele em funcionamento. Várias propostas chegaram, e essa proposta é a mais econômica para o Estado porque ela vai, de fato... É por produtividade.



Então, não é para todo mundo, é para quem de fato estiver dentro do programa fazendo uma atividade adicional às hoje já praticadas, que já são inúmeras atividades que temos dificuldades, os auditores, hoje temos muito menos auditores que nós deveríamos. Então, de fato, o programa precisa desse instrumento, é um instrumento já utilizado por todos os poderes, TJ, MP, Defensoria Pública, Procuradoria-Geral do Estado, e que agora está abrindo a possibilidade de a Fazenda poder regulamentar. Inclusive, em relação aos dias, a maioria dos poderes praticam dez dias, no caso da regulamentação nossa, isso só ficou para o comitê gestor.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Quanto aos outros dois aspectos primeiros que o senhor levantou da questão de editar atos orçamentários. Eu poderia chamar o Tadeu, nosso Diretor, para falar aqui, mas, simplificando, esse esforço estamos fazendo. Todo santo dia recebemos emissários dos órgãos querendo liberação de orçamento ou de quota orçamentária, e assim por diante, vamos segurando, procurando, quase que “exigindo” que os órgãos executem. Por isso, de fato, nós reduzimos, nós estamos melhorando sim. Neste um ano e pouco de gestão, melhoramos muito a necessidade de todo dia assinar uma pilha, uma pilha de digital, de mudanças orçamentárias, que era exatamente para melhorarmos o planejamento. Eu lembro que o orçamento foi feito lá, concluído em começo de setembro de 2024, portanto nem tudo conseguimos cravar. Eu lhe asseguro que essa situação que aparece no ar aqui, de que manipulamos número de receita para esconder, não é real, mesmo porque eu estaria expondo os meus profissionais a fazerem coisas que não são corretas. Isso é uma coisa complicada, é um motivo de quase apontamento permanente, mas de muito diálogo nosso com o Tribunal de Contas. Da LOA 2024 para a LOA 2025, fruto desses ajustes havidos, liberamos R\$ 1 bilhão a mais para os poderes, e tem metodologia de aferição, de estimativa de receita, estamos o tempo todo buscando lá, Deputado, aperfeiçoar os métodos... Está bom, mandei dia 15 de



abril LDO 2025, 2026 aqui, mas trabalhei março deste ano para estimar receita.

Claro, é quase que um ano à frente, calibrar bem... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Algumas receitas são mais previsíveis, outras nem tanto, temos surpresa no caminho, mas lhe asseguro que, do ponto de vista do rigor técnico, da ética profissional etc., nenhum servidor – nem eu faria isso – se submete a fazer a vontade do mandatário para fazer as coisas saírem não adequadas. Enfim, podemos errar, mas não nessa visão de que temos ali manipulação de receitas. Repito aqui, só lhe trazer um pouquinho mais para o real, nós destinamos R\$ 1 bilhão adicional para os poderes no exercício de 2025, fruto do quê? Fruto de mais transparência.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Deputado Arilson, o senhor gostaria de fazer uso da réplica? A réplica será de três minutos, ok?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Sim. Parte a gente não conseguiu ser respondido, ficou muito concentrado na última pergunta sobre esse projeto de lei que tem aqui na Casa, mas eu queria dizer que essa relação de expectativa de direito e direito, a execução orçamentária trabalha com a realidade. Se tivermos o pagamento feito por uma decisão depois de tomada pela Secretaria de Fazenda de dinheiro e não de descanso em dias, é gasto de pessoal, é gasto e tem que estar no projeto de lei aqui dentro como previsão de gasto, que não tem hoje colocado. Isso é um flagrante à Lei de Responsabilidade Fiscal. Uma outra coisa, Secretário, que queria perguntar a V.Ex.^a: no ano passado, em 2024, houve mais de R\$ 11 bilhões de cancelamento de dotação sem prévia autorização do Legislativo. Na minha avaliação, isso aqui é crime de administração. Quero saber como que vamos trabalhar isso este ano? Estou colocando para V.Ex.^a aqui que já teve R\$ 20 bilhões de recessão, R\$ 4 bilhões de créditos abertos, e R\$ 11 bilhões cancelados em um ano só. Isso demonstra que se está modificando as coisas ao



longo do tempo conforme um contexto se dá, não tem planejamento isso. Sei que muitas atribuições não são V.Ex.^a, que são da Fazenda, e é dirigida à Secretaria de Planejamento do Estado, obviamente, mas é muita alteração do orçamento. Ouso arriscar aqui: foi modificado o orçamento do Paraná quase 70% do que foi aprovado aqui nessa Casa, entre cancelamento, abertura de crédito e outras coisas que não passam mais aqui na Casa, permitido legalmente, é uma farra, é uma falta, é uma *liberdade*, digamos assim, de uso do orçamento. Então, gostaria de perguntar a V.Ex.^a isso, porque são práticas que, de fato, deixam a política pública ser trabalhada de uma forma só do Executivo. A Casa, quando aprova o orçamento, aprova a LDO, LOA e outros, colocou um respaldo político no processo, validou. Chega a execução, o Estado, primeiro – a Luciana vai se ater mais a isso, vai falar dos resultados entre o executado e o previsto –, tem um baita de excesso de arrecadação, aí cancela R\$ 11 bilhões, abre R\$ 20 bilhões de crédito suplementar, aí a gente fica aqui totalmente desconfigurado do que foi feito aqui na realidade. É uma mudança política, o Executivo está agindo sozinho na construção do Paraná. É uma afirmação que eu provo, os números estão aqui, provo isso. Então, gostaria de saber se tem essa preocupação de mudar isso ou se a gente vai fazer de conta, mandar o orçamento como peça fictícia aqui dentro, só para cumprir formalidade, e o Estado toca lá. Obrigado.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Não comungo da sua opinião. Não pintamos com essas tintas, lá tem seriedade, o senhor tem comissão de orçamento aqui que examina as contas. Portanto, não aceitamos essa crítica como gestor de orçamento. Esses números que o senhor colocou aqui são absolutamente fora da realidade, Sr. Líder da Oposição, não comungamos com isso, nós trabalhamos com seriedade na execução. Estou dizendo para os senhores, para as Sr.^{as} Deputadas que trabalhamos para cada vez mais refinar o processo de planejamento e de execução do orçamento do Estado do Paraná, cada vez mais aderentes, sempre abertos. Quanto à questão do *Confia*, o projeto está nesta Casa, o senhor tem liberdade de apontar defeitos, virtudes – tomara



que mais virtudes do que defeitos – para que a gente, de fato, aperfeiçoe essa relação entre nós e o contribuinte. Na Fazenda do Estado do Paraná, Vicente Machado, 445, em qualquer canto do Paraná, não manipulamos informação não, senhor, com todo respeito a V.Ex.^a, nós trabalhamos com realidades. Nem sempre acertamos exatamente o número que deve ser e que acontece. Essa questão que vai de -20 para +15... Está aqui o diretor de orçamento que pode, está aberto, na sua frente, o Tadeu, que pode... Portas abertas para mostrar, com a Comissão de Orçamento, esta questão aqui, que estamos administrando o Estado sem o concurso da Assembleia Legislativa ou dos órgãos de controle externo. Não, muito pelo contrário! Tenho 47 anos de Estado, orgulho-me muito disso, trabalho bastante e procuro impor seriedade naquilo que executamos. Podemos errar de vez em quando? Erramos com certeza, mas acho que o índice de acerto é muito maior do que aquilo que a gente, eventualmente... O senhor, na sua fala, nos expõe como se fossemos manipuladores geral de tudo. Não, pelo amor de Deus! Não é assim que trabalhamos, está bom?

SR. LUIZ PAULO BUDEL: Deputado... Deputado Arilson, um deputado inclusive que respeito – vários debates enquanto estava aqui nesta Casa. O que acontece? Realmente tem muita alteração orçamentária... por exemplo, promoções e progressões do Poder Executivo. Estamos falando aí de R\$ 0,5 bilhão. Ele fica em uma dotação que não fica nos órgãos, e precisamos colocar essa dotação dentro dos órgãos. Contratações, tudo isso é suplementado. Reestruturações são provadas ao longo do exercício. As dotações não ficam nos órgãos, então de fato precisamos de algumas alterações de pessoal. Recurso, por exemplo, para investimentos de superávit financeiro; recursos da Copel, hoje em conta bancária, R\$ 3,4 bilhões. Quanto está no orçamento, Deputado? Nada. O orçamento não pode prever recursos de superávit financeiro, isso é alocado durante o exercício. Então, de fato, o Estado precisa fazer alterações orçamentárias e de valores bastante vultuosos, dependendo da situação. O Estado do Paraná fez o dever de casa, acumulou um caixa e hoje precisa executar esse caixa; para executar esse



caixa, ele precisa de algumas alterações orçamentárias que acontecem ao longo do exercício. Estamos mexendo com isso? Com certeza. Tanto que reduzimos em 60% as alterações orçamentárias em 2025. Se for o caso, convido o Deputado para... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputada Luciana Rafgnin.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Depois a senhora me escreva, por favor, Sr.^a Presidente. Romanelli.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Já inscrito.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhora Presidente, quero cumprimentá-la e cumprimentar todos os demais Deputados e Deputadas; cumprimentar o Secretário e todos que o acompanham nesta Sessão, nesta prestação de contas. Nessa linha que o Deputado Arilson faz alguns questionamentos, esta Deputada também tem uma grande preocupação. Gostaria de ouvir por que o Governador ou por que a Secretaria vem subestimando as receitas do Estado? Vou citar aqui um comparativo que fizemos no ano de 2021: a arrecadação da receita prevista em 2021 era pouco mais de R\$ 38 bilhões e a realizada foi quase R\$ 47 bilhões; em 2022, a prevista era pouco mais de R\$ 45 bilhões... Então, quando veio o orçamento aqui, para votarmos aqui o orçamento 2022, a arrecadação prevista era menos do que já tinha sido realizada em 2021, que foi 47. Aqui veio a previsão de R\$ 45 bilhões. Em 2023... Aliás, em 2022, a realizada foi mais de R\$ 52 bilhões. Em 2023, a previsão foi de quase R\$ 50 bilhões, R\$ 49 bilhões 913 milhões 696 mil, e a realizada foi R\$ 57 bilhões. Aí vem 2024 com uma previsão de R\$ 55 bilhões, pouco mais de 55, e a realizada foi de mais de R\$ 65 bilhões. Então, uma diferença, só no ano de 2024, de 17%. O que ocorre de o Governo subestimar tanto a arrecadação? O que leva a isso? E se está previsto, se tem essa preocupação por parte das Secretarias de fazer essa



correção no orçamento que vamos votar agora, de 2026, ou permanece com esses erros que consideramos gravíssimos, no nosso entender, porque isso remete a uma irregularidade muito grande. Gostaríamos de saber dessa previsão.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Boa tarde, Deputada Luciana Rafagnin. O que aconteceu, em 2020, 2021 e 2022, tivemos a pandemia, o efeito da pandemia. Então, o que aconteceu do ponto de vista econômico? Isso não aconteceu só no Estado do Paraná, mas aconteceu em todos os estados do Brasil. Esperava-se uma queda de arrecadação maior do que de fato aconteceu. A União também ajudou os estados. Então, realmente o resultado efetivo foi melhor do que o esperado. Agora, de 2024 para 2025, o Estado já..., temos um orçamento 15% maior do que o de 2024 para 2025. Diante da gestão minha e do Secretário Norberto, estamos buscando esse ajuste do que colocamos no orçamento. Tanto é que no mês de maio temos a expectativa de arrecadação total de 4,9 e, até o dia de hoje, já arrecadamos 4,2. Temos uma semana para correr atrás do valor da LOA. Vamos acertar praticamente, talvez fiquemos em um valor menor, provavelmente, inclusive, o valor da LOA. E em janeiro, fevereiro, março e abril, também estamos muito próximos da reestimativa que fizemos em janeiro de 2025. Então, quando se fala em LOA, falamos de uma projeção de arrecadação que é feita lá em junho, julho do ano anterior. Então, para 2025, as estimativas estão muito próximas do que está arrecadando, inclusive, em alguns meses, mudando da estimativa de janeiro, R\$ 20 milhões para mais ou para menos. Então, o orçamento que temos em 2025 está muito próximo da realidade. Temos um caixa justamente que chegou nesse patamar que mostramos em telas na nossa prestação de contas em decorrência dessas diferenças, só que elas não são diferenças que foram escolhas da administração subestimar, mas foi uma... na pandemia, todo mundo estava estimando, a economia, inclusive, estava estimando uma queda de arrecadação, só que isso de fato não aconteceu. E que bom que não aconteceu! Que bom que tivemos um resultado positivo, porque hoje nos permite fazermos investimentos bastante vultuosos no Estado do Paraná.



Temos hoje uma expectativa... Investimos no ano passado R\$ 6,5 bilhões e este ano é possível que cheguemos a R\$ 8 bilhões ou R\$ 8,5 bilhões. É possível! Talvez não consigamos porque existem entraves para que invistamos. Mas, de fato, estamos chegando a estimativas muito realistas em 2025, com uma redução bastante significativa também de necessidade de suplementações orçamentárias. Tanto é que, por exemplo, no primeiro quadrimestre, estamos... no ano passado foi assim, nos últimos dois quadrimestres, como este, estamos cumprindo o índice da saúde já no primeiro quadrimestre. Por quê? Porque o que estamos liberando para a Sesa é basicamente o que estamos arrecadando. Não estamos subestimando. Em anos anteriores, já vi em prestações de contas – inclusive ainda quando estava como assessor desta Casa – chegar a 7%, 8% da execução. Ou seja, esse número melhorou bastante. Então, o Estado tem buscado aperfeiçoar cada vez mais – o Tadeu aqui não me deixa mentir, a Suzane, Diretora da Receita, junto com o Alexandre, também não me deixam mentir –, estamos buscando acertar as projeções. Tivemos um orçamento muito mais calibrado, um orçamento inclusive que gerou um aporte adicional aos poderes justamente por isso, porque não podíamos mais também segurar. Em 2025 essa estimativa está muito mais ajustada, podem confiar na informação que estou passando.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Luciana, bem alinho com o seu argumento. Meu primeiro orçamento foi 2025. Tecnicamente concebido, discutido e bem aquilo que a senhora falou: *já estou executando 2024 quase igual do que estou estimando 2025*. Então, houve ainda um processo de ajuste, de refinamento adicional. Repito aqui, pessoal: não tem como eu, com todos os poderes – nenhum –, mandar os profissionais manipularem a receita. Não existe isso. Não tem isso. Nenhum profissional se submete a esse vexame ético de aceitar *goela abaixo* que algum mandatário diga assim: *subestime a receita*. Não tem. Podemos errar, só que, como disse o Luiz, além de todo o aspecto de imprudência. Estou com medo de a arrecadação de maio de 2025 fazer assim, para baixo. Tomara



que recuperemos isso. Mas temos no orçamento 2025, que está sendo executado, que é um orçamento muito mais realista do que vinha sendo trabalhado pela equipe lá da Fazenda.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Só uma outra questão, Deputada Luciana, se me permite, e respondendo também ao Deputado Arilson. Uma informação que chegou aqui para mim. Tivemos R\$ 1 bilhão suplementados em convênios com o SUS na Secretaria da Saúde, que foram suplementados no orçamento de 2025, convênios não previstos na Lei Orçamentária. Então, tem algumas questões e por isso precisamos abrir o diálogo e apresentar esses números tranquilamente, para mostrar que tem umas questões... Como é que o Deputado Arilson é contra a saúde? Porque ele quer deixar R\$ 1 bilhão de fora do orçamento. É brincadeira, Deputado. Conversamos, estamos abertos, Deputada Luciana, Deputado Arilson. Estamos sempre à disposição para conversar.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Para nós fica essa preocupação porque sabemos que, agora mesmo, se olharmos a questão da arrecadação no primeiro quadrimestre de 2025, já vai apontando isso que se coloca aqui para nós com relação, pelo menos um crescimento de 10% da receita. Fica para nós esse questionamento porque sabemos que isso é importante para o Governador, porque 17% a mais, 10% a mais é um recurso que ele tem para gastar livremente, não está comprometido com o orçamento do ano. Então, fica um pouco essa preocupação, mas, se for isso mesmo e se for essa arrecadação, pelo menos gostaríamos de pedir aqui que seja respeitada a data base dos servidores públicos do nosso Estado e seja concedida a reposição dos nossos servidores. Obrigada.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador inscrito: Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Quero cumprimentar os Sr.^s Deputados e Deputadas, também o Secretário Norberto Ortigara e, ao cumprimentá-lo,



estender ao Luiz e aos demais que compõem a equipe da Fazenda, também da Receita, acredito também que do Planejamento. Sejam todos bem-vindos mais uma vez aqui à Assembleia. Secretário, de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2024, o aumento médio da remuneração dos servidores do Poder Executivo foi 5,6%. A inflação no período foi de 42,6%. Então, tem uma defasagem de 37% em média. São os números, são dados que o próprio Governo tem disponibilizado. Por que isso aconteceu? Porque o Governo tomou a decisão de tratar distintamente diferentes carreiras. Algumas tiveram uma reposição maior; outras, menor. O que, então, deixou algumas categorias muito descontentes. Algumas categorias ficaram muito animadas, mas a maioria não. Então, nesse período, observamos que deixou de entrar na economia do Estado em torno de R\$ 5,8 bilhões, que seria repassado como massa salarial, que, se os trabalhadores assalariados não têm reposição nem da inflação, desaquece a economia e isso gera, evidentemente, menor crescimento do PIB e da economia. Gera menos emprego, por exemplo. Deixou de entrar então e circular R\$ 5,8 bilhões, deixando parte das categorias do serviço público recebendo menos que a inflação. E vejo que tem disponibilidade de caixa da ordem de R\$ 12 bilhões. Esse dinheiro poderia, parte dele, estar na conta do trabalhador que é servidor público, de modo que ele está sendo empobrecido ao longo dos anos. O gasto com pessoal tem caído, aí está no demonstrativo 42,09%, 42%. Tem uma preocupação com o índice de alerta, o sinal de alerta, que é quarenta e quatro e alguma coisa. Mas sinal de alerta é só de alerta. O limite prudencial é 46,55%. Então, estamos abaixo do limite prudencial. O limite legal de gasto com pessoal é 49% e estamos bem abaixo disso. Se ficássemos abaixo dos 46,55%, que é abaixo do limite de prudência, ainda daria para dar uma reposição para todos os servidores do Poder Executivo, incluindo os aposentados, de 11%, mas, se quiser ficar no limite ali de alerta, daria para dar 5% para todos os servidores. E não é isso que está acontecendo. Também recebi aqui o Projeto de Lei para reajustar o salário dos professores, que eu me incluo, que sou professor do Estado. E aqui R\$ 500,00, mas, ao final, o art. 5º revoga o art. 6º da Lei



Complementar n.º 103/2015, que instituiu o plano de carreira dos professores, revoga a interclasse. Dá os R\$ 500,00, mas daqui para frente não tem mais interclasse. Nenhuma outra categoria do serviço público ficou sem interclasse... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Aí quero pedir a V.Ex.^a ajuda para não deixar isso acontecer. Não pode revogar a interclasse, porque não adianta oferecer um cavalo de Troia para o magistério do Paraná. Isso vai dar muita revolta no magistério.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Deputado Lemos, não concordo com a sua linha de raciocínio de que a inflação foi quarenta e pouco e o reajuste foi de cinco e pouco só. Sim, reajuste e data base sim. Nós reestruturamos 17 carreiras do serviço público do Estado do Paraná e, portanto, a massa salarial, muitos dos profissionais colegas tiveram 70%, 80%, 60% de reajuste. Contratávamos um engenheiro por R\$ 3.900,00, hoje está contratando um engenheiro acima de sete mil e poucos reais. Portanto, as tabelas foram refeitas. Eu disse, agora há pouco, que nos restam fazer poucas carreiras: a Mineropar, os celetistas em extinção; Emater; Codapar, celetistas em extinção. E outras poucas que estamos no meio da implementação de uma revisão feita nos oficiais da Polícia Militar, fizemos o ano passado dos praças, e outras tantas carreiras. Não foi dado na forma de reajuste, no mês certo da data base, conforme tal, mas quase todos os servidores tiveram algum ganho salarial, portanto, não é bem assim. Segundo, estou aqui para prestar contas de janeiro a abril. Não conheço os detalhes como veio para Assembleia, confesso, essa proposta que o senhor disse que revoga as interclasses? Não sei, não li esse documento final que veio para cá, confesso, mas se for isso vamos examinar com todo respeito e carinho...

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Precisamos da sua ajuda.



SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: É o art. 3.º?

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): É o art. 5.º.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Vamos examinar com carinho isso. Não conheço essa proposta de extinguir a interclasse. Não teria muito sentido na minha cabeça aqui, pensando em voz alta agora, mas vamos examinar com todo respeito. A questão da data base 2025 é um assunto não decidido pelo Governo. Temos uma realidade: estamos gastando 42% e pouco da receita em pessoal. Já demonstrei, agora há pouco, que tem um impacto grande daquilo que temos já compromissos votados por V.Ex.^{as}, e temos aqui a necessidade de trazer pelo menos mais sete mil e poucas pessoas para recompor os quadros técnicos dos diversos órgãos do Estado do Paraná, especialmente força de segurança, magistério, QPPE, até auditor fiscal que estamos de *calça curta* lá para cumprir as obrigações – até isso. Então, como é uma decisão politicamente não tomada pelo Chefe do Executivo, em algum momento, certamente, ele vai se manifestar. Posso dizer que temos perspectiva de zero – perspectivas zero. Mas não sou eu que decido, eu opino também, como Secretário da Fazenda, mas, certamente, no momento adequado esse assunto virá à mesa para que tenhamos o posicionamento formal do Executivo. Temos tido um bom diálogo com alguns dos poderes, que tenderiam a acompanhar esse nosso movimento para que 2025 não houvesse reposição na forma de inflação, mas é um assunto que ninguém decidiu, nem MP, nem TJ, nem Assembleia, nem Tribunal de Contas, nem o próprio Executivo ainda se manifestaram definitivamente quanto a alguma proposição ou não. O que foi feito, o senhor sabe da minha posição, foi um projeto, foi discutido, recebi com respeito a liderança dos professores. Eu e o Luiz conversamos sobre alguma posição que pudesse ser adequada, mas o Poder Executivo tomou essa decisão de encaminhar na forma de conceder de A a Z, de 1 até 35, não é, a tabelinha? Trinta e três?



DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Ela começa com o nível um, vai ao nível três, especial, e depois tem o nível um ao nível três, que é o que ainda tem ingresso. E tem as classes de 1 a 11 em cada nível.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Eu quis dizer que o Governo decidiu mandar, conforme pronunciamento feito em um evento, R\$ 500 para todos, independentemente da posição em que se encontram na tabela. E isso causa um impacto lá de 11% até 5% no final que o senhor conhece bem as contas. Tínhamos feito lá simulações alternativas junto com a tua equipe própria do fórum, equipe própria do sindicato, mas o Governo decidiu dessa forma, está encaminhado. Quanto ao art. 5º eu saindo daqui vou me empenhar em conhecer mais detalhes se ele... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para concluir, Deputado.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: ... de fato causa esse impacto que o senhor menciona.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Fico animado com V.Ex.^a se colocando à disposição para debater essa revogação, porque ela acaba com a carreira. E nem uma outra carreira do serviço público ficou sem interclasse, por que o magistério, educação básica ficará? Então, isso não pode acontecer. Vamos tratar na sequência. Quero aqui falar, Secretário, que não nego que teve diferentes reformulações de carreira e teve carreiras que tiveram ganhos de até 70%, mas não foram todas. E o magistério, só a educação básica, representa 60% dos funcionários do Estado. Falando só de professores. Você tem aí também funcionários de escolas, mas não representam 60% da folha. A cada ano, cai o percentual, acredito que hoje são 60% dos funcionários do Poder Executivo – a educação é 60% –, mas acredito que não é 30% da folha. Então, em número de servidores é bastante, mas de salário, de folha, é pequeno. E cuidamos de mais de um milhão de estudantes no Estado do Paraná como professores e como



funcionários de escolas. Precisamos que, na proporção que somos, ter também a proporção da folha de pagamento do Estado, porque, do contrário, ficará sempre a educação reivindicando, fazendo paralisação, fazendo greves, porque a insatisfação perdura, já vem de alguns anos. Chegamos até equiparar o salário nosso com os demais servidores do Poder Executivo no ingresso, mas, em março de 2023, o Governador... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado, um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para concluir, Sr. Presidente. Em março de 2023, foi aprovado aqui na Casa, para outros servidores do Poder Executivo, uma diferença. E daí desequilibrou de novo. Não ganhamos nem a mesma quantia que os demais servidores do Poder Executivo, do que a QPPE, por exemplo, no início de carreira. Não estou falando nem final de carreira, início de carreira. Então, isso precisa mudar. Do jeito que está, não está bom e precisamos da sua ajuda.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Rapidamente, Presidente, essa sugestão foi acatada pelo Governo, foi criado um grupo de estudos para ver como é que nós, ao longo do tempo, poderíamos pensar, ousar, equiparar o salário de professores do nível de entrada com o Quadro Próprio do Poder Executivo. Mas, reuniões sendo realizadas, estamos aí abertos à diálogo. Não sei em que momento será possível construir isso, mas, de nossa parte da Fazenda, até destinamos pessoas para ajudar a pensar nisso. Não sei se será possível uma conclusão no tempo e no respeito que merece a educação, mas temos essa perspectiva, pelo menos, construir uma proposta de longo prazo.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Obrigado.



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo Deputado inscrito: Deputado Luiz Claudio Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Primeiro lugar, cumprimentar o Secretário Norberto Ortigara pelo trabalho que vem realizando à frente da Secretaria da Fazenda do Estado, com toda a sua equipe técnica. Essas apresentações são importantes porque elas, na verdade, trazem à luz temas que são muito relevantes para o Estado do Paraná. Para não perder a minha característica, dizer, Deputado Lemos, que essa sua proposta de equiparação do quadro do magistério com o QPPE tem sido estudada, acho que desde o Governo do Moisés Lupion, mais ou menos isso – me parece quase que impossível, mas em todo caso é um tema, estou dizendo que é um tema complexo –, mas minha fala não é nesse sentido. Pena que o Deputado Arilson saiu, mas, na verdade, o Secretário Ortigara, obviamente sabe disso, o Diretor de Orçamento do Estado, Marcos Tadeu, que aqui está, desde o ano passado, tem se reunido conosco. Eu, como Presidente da Comissão de Orçamento, a nossa assessoria técnica, mais o relator do orçamento, que é o Deputado Evandro Araújo, e com o Siafic temos feito alterações metodológicas, do ponto de vista da peça orçamentária. Inclusive, o ano passado, a LOA já autorizou que a Sefa possa fazer as alterações de elemento e subelemento. A LOA agora traz também uma inovação que é, dentro da mesma dotação, poder alterar a fonte, sem que isso tenha que se remanejar todo o orçamento do Estado. Isso, obviamente, vai reduzir muito o número de atos e aquilo que dá impressão de que tudo está sendo feito por Decreto, está alterando tudo, enfim. Na verdade, quando o Governo reestrutura as carreiras – que foi dito aqui, 17 carreiras –, por óbvio, é feita a restruturação orçamentária para poder executar. Por outro lado, está cada vez mais próximo o Siafic, a previsão orçamentária, com que é executado. Do ponto de vista objetivo, penso que estamos reduzindo, cada vez mais, essas margens de poder fazer, de fato, os remanejamentos sem autorização legislativa, embora tenha autorização porque votamos aqui os percentuais dentro da dotação e do orçamento global. Digo isso



por quê? Porque temos tratado do tema no âmbito da Comissão de Orçamento – que é uma Comissão essencialmente técnica, ela não é política – à luz do interesse público e no sentido de buscar sempre aprimorar, porque, afinal de contas, o planejamento, que envolve naturalmente a peça orçamentária, é fundamental para execução das políticas públicas. Então, nesse sentido, sim, o que posso testemunhar é dizer que estamos sempre tratando esse tema com a responsabilidade que a Comissão de Orçamento tem que tratar. Ao mesmo tempo, convidar os demais Parlamentares que tiverem interesse de poder participar do debate, que temos feito essas reuniões técnicas com a Fazenda, costumeiramente, Marcelo Costa, que é nosso secretário executivo – que aqui está inclusive –, permanentemente buscando sempre esse aprimoramento. Mas não poderia deixar de falar isso aqui, como se não estivéssemos tratando a questão com a responsabilidade que nós, obrigatoriamente, temos que tratar, até pelas atribuições que a Comissão de Orçamento tem nesta Casa aqui. E, no mais, quero agradecer sempre, Secretário Ortigara, essa disposição para o diálogo, para a construção de boas soluções. Acho que, de fato, a sua carreira no serviço público do Paraná é extensa, uma longa folha de serviços prestados. Penso que esse seu período, a sua passagem na nossa Secretaria... Talvez em poucos momentos da história, em várias posições são todos servidores de carreira do Estado ou de outros órgãos do Estado ou da União... Isso faz uma enorme diferença. Penso que as coisas têm sido tratadas com zelo, responsabilidade... E o Professor Lemos, de fato, faz uma reflexão aqui – que isso sim concordo com ele – é que tratamos, nos últimos anos, a política salarial que foi definida pelo Governador Ratinho Junior, é de reestruturar carreiras. Quando a gente observa o crescimento da folha, da nossa despesa com pessoal, ela é muito alta, ela cresceu muito, o todo cresceu muito. E, claro, tem carreiras que cresceram mais, outras menos e devem ser feitos ajustes. Indiscutivelmente a questão da data base... Só para concluir o raciocínio... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para concluir, Deputado.



DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Estou tentando concluir é que o microfone está sendo cortado aqui. Sabemos que com três indexadores: data base que corrige a inflação, adicional por tempo de serviço e com as carreiras crescendo tanto horizontal quanto vertical, fica quase impossível você ter minimamente uma programação de gastos financeiros. Por óbvio, a gente tem que modernizar as carreiras para que o salário seja sempre atualizado e, ao mesmo tempo, garanta o poder de compra especialmente dos aposentados, que a mim me parece hoje o maior problema que temos aí pela frente. Mas, agradeço a oportunidade.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Muito obrigado Sr. Presidente da Comissão, a todos os membros da Comissão de Orçamento pelo diálogo franco, aberto. Temos aperfeiçoamentos propostos aqui na LDO 2026 já, esperamos compreensão, ajuda no mesmo entendimento – o senhor sabe da leitura que fazemos e o senhor faz, também – todos os membros. E, de fato, combinar essas três questões: indexador é uma coisa delicadíssima. Não podíamos mais, Sr.^s e Sr.^{as} Deputadas, continuar contratando engenheiro, advogado, economista, administrador, agrônomo, veterinário por 3 pau e 900, se estamos pagando em algumas carreiras de nível médio acima disso. Então foi preciso mexer em vários quadros para trazer um pouco para a realidade. A simples reposição inflacionária não resolia o nosso problema, com todo o respeito e rigor, a gente acaba trazendo – atraindo – para o serviço público não sempre os melhores profissionais pagando mal dessa forma como estava. Então decidimos apostar em uma reorganização de diversas carreiras. Vejam quão importante foi termos, em 2011, reestruturado a Defesa Sanitária, que está se mostrando eficiente no enfrentamento da aftosa que acabou, no enfrentamento da gripe aviária que está aí às nossas barbas e é o nosso principal produto agrícola hoje. Então, tudo faz parte do movimento. Mas sabemos do carinho e respeito que é mútuo, que o senhor tem, que o time aqui tem para fazermos o melhor orçamento e executar o melhor orçamento deste Estado que é tão pujante, tão importante na Federação.



DEPUTADO GOURA (PDT): Presidente, eu me inscrevo depois.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próxima Deputada inscrita: Deputada Márcia Huçulak.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Cumprimentar nosso Secretário Ortigara e seu trabalho à frente, junto com toda a equipe aqui representada pelos vários diretores e assessores da nossa Secretaria de Fazenda, pelo belo trabalho e pelo diálogo, Ortigara, você é um homem do diálogo, da abertura, está sempre aberto a discutir conosco, lhe cumprimentar por isso. Também falar que esse trabalho da Secretaria de Fazenda tem a ver com toda a pujança que o nosso Governador Ratinho Junior tem feito na transformação do Paraná, na quarta economia, em uma segurança jurídica trazendo investimentos. Até porque estamos discutindo o orçamento que é gerado por quem gera emprego e renda, quem gera recursos para o Estado em impostos, recolhimento de impostos. Esse equilíbrio que hoje vemos uma segurança no Estado do Paraná – não há atraso no pagamento do servidor, não há atraso no pagamento de fornecedor, todas as contas em dia. É uma preocupação muito importante para toda essa segurança econômica, jurídica e orçamentária do Estado do Paraná. Mas queria, Secretário Ortigara, fazer um questionamento que fiquei preocupada com a sua afirmação em relação ao que vai restringir o custeio, os recursos de custeio. O senhor sabe que sou uma defensora implacável aqui da área da saúde e estamos entrando em um período do inverno, um aumento de demanda em todos os serviços de saúde e isso demanda custeio, aumento. Já vivemos outros momentos de crise mas parece que esse ano, por conta de vários fatores, inclusive a baixa vacinação da população, tivemos na última semana – relatos dos dados epidemiológicos – o aumento de 20% da ocupação das nossas UTIs no Paraná e aumento em todos os serviços de urgência e emergência do Paraná, estão com as portas lotadas. Estamos solicitando ao Secretário Beto Preto um apoio aos municípios, que estão neste momento vivendo uma crise do ponto de vista assistencial, por conta dos



quadros respiratórios. Queria ouvir um pouquinho quando o senhor fala de restringir o custeio, do que o senhor está falando.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Vamos cortar mertiolate e gaze! Não! Temos um ajuste de curto prazo que está sendo feito pelo Marcos Tadeu, que está ali, nosso Diretor de Orçamento e equipe, inclusive, destinando mais quatrocentos e poucos milhões para a saúde do Paraná. É isso, Tadeu? É isso, não é? Fruto do ajuste, do casamento dos primeiros quatro meses recentes de despesa. Não vamos cortar despesas que são... primeiro que tem que cumprir índice, queremos ficar acima do índice de 12% e queremos levar isso *pari passu* executando doze, doze e pouco, doze e quatro, doze e cinco, doze e três, se possível avançando para comparar com outros estados, Márcia, até o fim do ano. Claro que, se houvesse chance de privilegiar investimento com esse recurso, preferiria, mas certamente nenhum gasto de saúde será tão afetado. Quando falamos custeio, falamos papel higiênico, cafezinho, viagem, diária, mas também aquilo que podemos trazer economicidade nos diversos tipos de gastos dentro dos órgãos, obviamente sem brincar com saúde, educação e com segurança pública. Aliás, a própria segurança pública nos procurou para termos um plano conjunto concebido, implementado conjuntamente para dar uma certa freada em alguns tipos de gastos que estamos tendo que, de fato, nos levam. Mostrei para os senhores e senhoras que estamos muito próximos, naquele indicador poupança, de resvalar para uma nota ruim e não queremos isso, queremos que o serviço seja eficiente, que tenhamos, enfim, mas não vamos tirar centavos ou nenhum recurso que precisa ser alocado... Entendendo o quadro narrado por V.Ex.^a quanto às questões de necessidade de saúde e tudo mais. Esse carinho e respeito temos lá. Estamos falando em despesas que podem ser evitadas e devem ser evitadas no dia a dia na gestão dos órgãos públicos.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Obrigada. Fico bem feliz com essa informação.



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo Deputado inscrito: Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Presidente Alexandre Curi. Secretário Ortigara, saúdo V.Ex.^a e em seu nome também a toda a equipe técnica da Secretaria que acompanha esta Audiência. Secretário, duas questões que queria trazer: primeira é em relação ao nosso principal parceiro comercial, do Brasil e também do Paraná, que é a República Popular da China. Estive recentemente em visita à China a convite do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em uma comitiva de parlamentares visitando experiências de pesquisa ligadas à agricultura, tratamento de resíduos. Estivemos com o Embaixador do Brasil na China. Gostaria de saber se existe e também, se não, fazer a sugestão, justamente da criação dessa facilitação, para os empresários e empreendedores do Estado do Paraná fazerem mais negócios com a China. Até nessa situação, nesse rearranjo da geopolítica mundial, que os Estados Unidos estão provocando, vemos, então, a China como um grande parceiro, em que as relações podem se expandir ainda mais. Notei lá, Secretário Ortigara, conversando com representantes também do Partido Comunista Chinês, que existe toda uma vontade de ampliar essas relações. Então, creio que, aqui no Estado do Paraná, facilitarmos esse diálogo, com workshops, com atividades práticas, que demonstrem a possibilidade dessas trocas comerciais, que pode ser algo muito importante. A segunda questão, queria ouvir do senhor, que tem essa ampla experiência na agricultura e também nas questões ambientais, o Paraná é referência nacional pelo ICMS Ecológico, é uma política já muito consolidada. Ao mesmo tempo, agora estamos entrando em uma nova fase de emergência hídrica, que o próprio Estado já reconheceu em diversos municípios. A pergunta que faço, Secretário, é: como podemos pensar uma política transversal da Receita da Fazenda, junto com a Secretaria de Meio Ambiente, junto com a Secretaria de Agricultura, para salvarmos as nossas bacias hidrográficas, potencializarmos o pagamento por serviços ambientais? Porque sabemos que, onde tem mata em pé,



vamos ter água boa e de qualidade. Então, agradeço as considerações que o senhor puder compartilhar conosco.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Obrigado, Deputado Goura. Nosso principal parceiro comercial, sim, China, do Brasil e do Paraná também. É destinatário de uma montanha de coisas que temos no comércio de ida e de volta. Acho que essa disputa geopolítica entre americanos e chineses etc., provocada pelos Estados Unidos, poderá nos favorecer. Também é óbvio que gostaríamos de mandar coisas de mais valor agregado para lá. O Brasil está destinando este ano 105 milhões de toneladas de grão de soja, 30 para o mundo e grande parte para a China; 34 milhões de toneladas de milho em grão, de baixo valor, grande parte para a China. Então, vemos com altíssimo interesse a construção de possibilidades. É óbvio que nunca passou e não passará na minha cabeça, adotar medidas restritivas à exportação de grãos, como fez a Argentina, vizinha nossa, há alguns anos e que acabou quebrando seus agricultores. É a opção livre, mas incentivando, privilegiando, o processamento agroindustrial em nosso território. Acho que temos recebido boas missões comerciais, bom nível de investimento chinês em nosso território, tomando cuidados, obviamente, dentro da legalidade, da norma, da ocupação de espaço no nosso País. Mas sou fã de continuarmos construindo soluções, inclusive, em temas em que eles são grandes supridores do mundo e que poderemos evoluir em nosso Estado também, porque temos, além de conhecimento, de onde tirar. Então, pela sua primeira pergunta, fica, obviamente, de nossa parte, junto com os demais, abraços da Indústria e Comércio, Agricultura, Invest Paraná e tantos outros, provocar uma discussão mais ampla, para fortalecer esse comércio bilateral. Claro, gostaria porque isso adensa, gera oportunidades aqui de mandarmos cada vez mais coisas processadas. Segundo aspecto, produzir, guardar e usar água é inadiável. Temos visto, de forma recorrente, perdas cada vez mais agressivas, em termos de produção agrícola, porque fazemos aqui 99% a céu aberto no Brasil, no Paraná também. Os senhores e as senhoras aprovaram no ano passado a Lei de



Segurança Hídrica, que nos dá outros instrumentos para que possamos abordar a pessoa física, CPF, produtor, para ajudá-lo. Temos um plano de irrigação sendo gestado, implementado. Fomos conhecer a experiência mais a fundo israelense, fomos conhecer também a experiência do Nebraska, que, digamos assim, é o epicentro da tecnologia de irrigação especialmente por pivô no mundo. Destinamos, por aprovação dessa Casa, vamos começar a implementar daqui a uns dias o Fundo de Investimento e Infraestrutura, o nosso Feiin, que terá lá no braço da Sederst e IAT, um recurso carimbado para pagamento de serviços ambientais, especialmente na proteção de nascentes, aumentar a capacidade de vazão dessas nascentes, para guardar essa água, evoluindo para ecossistemas mais construídos no interior do Paraná, em torno de minas, em torno ainda de APP, em torno de mais reserva, para que tenhamos de fato uma produção, uma guarda, mas também trabalhando a questão da infiltração da água no solo. Todos sabem que inventamos o plantio direto e nem sempre cuidamos de quebrar aquela camada, aquela parte embaixo da parte arável, digamos assim, aquela camada compactada, trocando apenas raízes de plantas. Então, temos feito todo o incentivo na conversão de lavouras, de pecuária de baixo desempenho, por integração lavoura-pecuária, plantando milho, braquiária, soja, algodão, voltando e ter um conjunto de forças. Mas o tema é segurança hídrica, cada vez mais relevante para a sociedade paranaense, e temos um conjunto grande. Até o Banco do Agricultor, que é uma ferramenta que criamos e é gestado pelo nosso Fomento Paraná, ele abriu mais possibilidade de apoiarmos, diretamente, todas as iniciativas tendentes a mitigarmos riscos ou aumentarmos o desempenho, reduzir custo, aumentar a eficiência da nossa capacidade de produzir... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Luís Corti – PSB): Para conclusão.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Senhor Presidente em exercício, todas as suas considerações temos o maior respeito e carinho, estamos tratando delas



em um conjunto de Governo. Aliás, acabamos de comprar mais perfuratrizes no IAT, para, dentro do esforço de aumentarmos a irrigação, entregarmos poço firme para quem precisa de água e tal, com vazão adequada, enfim, tudo de uma forma... E, por trás disso como pano de fundo, um ousado plano de conhecimento do nosso subsolo, a nossa capacidade, aliás, o que deu uma grande taxa de sucesso, por exemplo, a um grandioso... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Luís Corti – PSB): Para conclusão... Quero abrir a palavra para réplicas se, porventura, desejar o Deputado Goura. Se não, já passo a palavra para a Liderança do Governo, Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, Secretário Ortigara, Budal, toda a equipe que está, aqui, colegas Deputados e Deputadas. Estou muito feliz e satisfeito com essa apresentação. O Secretário Ortigara é uma referência para todos nós, pela qualidade técnica. Ele poderia usar a camisa um de goleiro, a três de zagueiro, a cinco de volante, a nove de centroavante; onde colocar, esse homem tem uma capacidade técnica, um preparo técnico, aliado a uma equipe fantástica, Deputada Marcia. É isso mesmo! Essa é a visão que temos do senhor e o respeito que temos. Em um momento difícil que o País vive, é só vocês olharem – não vai crítica nenhuma para ninguém, porque não é fácil –, as trapalhadas do Governo Federal, a questão do IOF, do Pix e não sei o que, não sei o que, bate cabeça um setor com outro setor. Aqui temos as nossas dificuldades? Temos, mas temos um Paraná que anda, um Paraná que faz a coisa acontecer, um Governo referência para um investimento fantástico, que está sendo feito em todos os setores. É óbvio que, se você não tiver uma Secretaria da Fazenda ágil, competente e técnica, isso não vai acontecer. Temos visto investimentos fantásticos na área da educação, quer seja com equipamentos tecnológicos, quer seja com três merendas. Vemos um Estado que nunca investiu tanto como o Paraná está investindo na saúde. Agora, os grandes projetos na agricultura, que V.Ex.^a tão bem conhece e está formulando esse projeto também,



R\$ 2,2 bilhões em investimentos que estão sendo feitos na agricultura. Todas as cidades do Paraná terão asfalto total. Eu era Prefeito de União da Vitória e me lembro muito bem de 2000-2009, você tinha que se rastejar para conseguir um empréstimo, o empréstimo era regulado e hoje não tem um Prefeito que não saia das Secretarias com recursos, e os Deputados sabem o que eu estou falando. Então, vai bem o Paraná. Continue esse trabalho com essa responsabilidade. Qual o governante que não queria dar tudo que pode para um funcionário? Todo mundo quer. Mas o Paraná está fazendo o que pode, está fazendo com responsabilidade, e pode ter certeza, assim vai terminar. Parabéns, receba o meu cumprimento em nome de toda a nossa Base. Muito obrigado.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Muito obrigado pelo carinho, Hussein Bakri, Líder do Governo. Atitudes assim, com firmeza de propósito, certamente conduzem a bancada a posicionar firmemente, a sustentar ações de Governo, sou grato, o senhor tem portas abertas lá para conversar sobre temas de Governo, o senhor é nosso Líder, portanto, merece todo o nosso apoio, respeito. E eu agradeço aqui, em nome do Governador também, a sua dedicação ao enfrentamento dos debates tão relevantes para a nossa democracia paranaense.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: O Norberto, lá na Sefa, joga com a camisa três, de quarto zagueiro.

SR. PRESIDENTE (Deputado Luís Corti – PSB): Não havendo mais inscritos e depois do pronunciamento da Liderança do Governo aqui, queremos agradecer à Secretaria de Fazenda, que cumpre o dever da prestação do quadrimestre aqui, e agradecemos ao Senhor Secretário a sua presença, a presença de toda a sua equipe, a presença dos nossos Deputados. E, não tendo mais nada a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 27, às 14h30, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei n.^{os} 574/2024, 757/2024, 50/2025 e 84/2025; 2.^º Turno dos Projetos de Lei n.^{os} 104/2025, 260/2025 e 263/2025; 1.^º Turno do Projeto de Lei n.^º 322/2025 e do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Projeto de Decreto Legislativo n.º 6/2025; e Turno Único dos Projetos de Lei n.ºs 44/2025, 58/2025 e 108/2025.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h31, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)